

A AGRODIVERSIDADE COMO ESTRATÉGIA DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS

*Dieter R. Siedenberg¹
Paola Silva²*

RESUMO: Este artigo abordou algumas questões relacionadas à agricultura familiar ou também economia familiar rural de Passo Fundo, município situado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Em toda esta região, a agricultura familiar apresenta-se, cada vez mais, como um elemento essencial do desenvolvimento regional, tanto no plano político-social quanto no econômico-institucional, tendo em vista que se trata de uma profunda mudança de mentalidade em relação ao modelo agrícola hegemônico da região, que dá sinais de esgotamento. Assim, o artigo busca caracterizar o perfil dos agricultores familiares associados à Feira do Pequeno Produtor do município de Passo Fundo, os quais perceberam na diversificação de atividades uma estratégia de viabilização de suas unidades de produção. Neste sentido, foi aplicado um questionário aos 67 produtores associados à feira, contemplando questões sobre as características das unidades de produção familiar rural, como por exemplo: dados econômicos e de mão-de-obra, relações associativistas, potencial humano disponível, atividades desenvolvidas nas propriedades, diversificação, renda familiar e as principais reivindicações dos agricultores familiares. Verificou-se a partir dos dados obtidos, que as estratégias de diversificação estão relacionadas diretamente: à quantidade de mão-de-obra disponível nas propriedades, à estrutura e dinâmica familiar, ao empreendedorismo dos agricultores e à existência de mercado consumidor. Constatou-se ainda que a diversificação de atividades fixa o pequeno produtor rural em seu meio por viabilizar econômica e socialmente sua unidade de produção familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Agrodiversidade, Estratégias de desenvolvimento, Desenvolvimento regional.

1 INTRODUÇÃO

O município de Passo Fundo localiza-se no Planalto Médio, no norte do estado do Rio Grande do Sul. Emancipado em 7 de Agosto de 1857, foi constituído no contexto da cultura dos índios Tapes, combinada posteriormente com os costumes trazidos pelos imigrantes portugueses, alemães e italianos. No ano de 2000 contava com uma população total de 168.458 habitantes, sendo que o município apresenta uma das mais altas taxas de urbanização do Rio Grande do Sul: 97,21%.

Segundo dados da EMATER (2003), a área rural do município de Passo Fundo está estruturada em 1.086 estabelecimentos. Deste total, 920 estabelecimentos (ou 84,7%) são considerados empreendimentos familiares, ocupando 26.158 hectares (o que configura as propriedades familiares com área de 28,4 hectares, em média) e apenas 146 estabelecimentos (ou 15,3% do total) são considerados empreendimentos patronais, ocupando uma área total

¹ Professor no Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul e no Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania da UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, com doutorado sobre Desenvolvimento Regional pela Eberhard-Karls-Universität Tübingen – Alemanha.

² Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.

33.197 hectares (o que configura as propriedades patronais com área média de 227,4 hectares).

Ainda de acordo com o autor (EMATER, 2003), na estrutura setorial das atividades econômicas de Passo Fundo a agropecuária representa apenas 3,35%, a indústria 25,84%, o comércio 23,58% e os serviços 47,23% do Valor Adicionado Bruto da produção municipal.

A produção diversificada para autoconsumo e venda do excedente agropecuário em feiras ou no mercado local começaram a ser implementadas pelas pequenas e médias propriedades rurais familiares do município de Passo Fundo apenas nos últimos dez anos. Aliás, o surgimento gradativo das pequenas propriedades rurais ocorreu pelo parcelamento das áreas entre herdeiros, impossibilitando a viabilidade econômica desses empreendimentos, considerando a prática de produção de culturas como a soja, o milho e o trigo, muito comuns às propriedades do município e que exigem áreas maiores para a sua viabilização. Portanto, a produção diversificada para venda em feiras representa uma alternativa de reprodução de unidades agrícolas de produção familiar e, sobretudo, uma profunda mudança de mentalidade em relação ao modelo agrícola hegemônico da região.

Com a pesquisa realizada procurou-se traçar o perfil dos agricultores associados à Feira do Pequeno Produtor no município de Passo Fundo/ RS e os motivos que levaram estes produtores a optar pela diversificação de atividades em suas propriedades, assim como sua satisfação ou insatisfação no que diz respeito à melhoria das suas condições de vida.

2 A FEIRA DO PEQUENO PRODUTOR

A Feira Municipal dos Produtores Rurais de Passo Fundo representa um projeto diferenciado para a comercialização da produção dos agricultores familiares, os quais vislumbraram na diversificação de suas atividades agropecuárias a possibilidade de auto-sustento e comercialização do excedente e, conseqüentemente, a sua permanência no meio rural.

Além disso, é necessário considerar que para o pequeno agricultor a diversificação das atividades, a integração de diferentes sistemas produtivos na fabricação de gêneros alimentícios a custos reduzidos em função dos insumos e a comercialização direta da própria produção na Feira constitui uma possibilidade concreta de agregação de valor. Para autores como BONILLA (1992), PASCHOAL (1994) e PRIMAVESI (1997), a agregação de valor com tais atividades também se dá pela ocupação de nichos de mercado, como, por exemplo, a demanda por produtos ecológicos, orgânicos, diferenciados ou de qualidade artesanal (schmier, salames, bolachas, cucas, pães, sucos, polpas, rapaduras e outros). Enfim, pode-se dizer que a comercialização na Feira desempenha um papel mercadológico fundamental, uma vez que para o consumidor final representa um ponto de referência e, para o produtor, um ponto e canal de comercialização qualificado.

Esta instituição, popularmente chamada de Feira do Pequeno Produtor, foi fundada no dia 19 de junho de 1996, constituindo uma sociedade civil com prazo indeterminado, de caráter comercial, representativo e reivindicatório. Tem como sede o pavilhão situado no chamado Parque da Gare, localizado no centro da cidade de Passo Fundo. A feira tem por finalidade básica o estímulo aos pequenos produtores rurais através da realização de venda direta da produção primária, sem intermediação, aos consumidores finais e o apoio a esses pequenos produtores por meio de formas de cooperativas de produção.

O Estatuto da Feira Municipal dos Produtores Rurais de Passo Fundo estabelece a forma como deve ser administrada: é composta por uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal e por delegados representantes dos bairros, todos eleitos em Assembléia Geral. O

Regulamento da Feira Municipal dos Produtores Rurais de Passo Fundo, aprovado em 19 de junho de 1996, prevê as condições do seu funcionamento, as formas de participação dos produtores, as obrigações e direitos dos feirantes e as formas de comercialização dos diversos produtos.

Atualmente estão associados à Feira do Pequeno Produtor 67 pequenos produtores, que comercializam uma grande variedade de produtos oriundos das suas propriedades. Também foi criado o Fundo Rotativo da Feira Municipal de Produtores de Passo Fundo, o qual tem como finalidade o financiamento de algumas necessidades dos produtores associados a fim de fortalecer a produção, a industrialização e a comercialização de seus produtos.

A Feira do Pequeno Produtor pode ser considerada como exemplo bem sucedido de associativismo e empreendedorismo, uma vez que envolve agricultores familiares que tem como objetivo básico a viabilização da comercialização da produção dos mesmos, os quais, antes da associação à Feira, dependiam de atravessadores para escoar sua produção agrícola, ou simplesmente deixavam de comercializar os excedentes produzidos em suas propriedades. Ora, é notório que o empreendedorismo no meio rural, principalmente entre pequenos produtores, muitas vezes é considerado tabu: questões culturais, técnicas, financeiras e operacionais dificultam a tomada de decisão em procurar mudar o *status quo* nesse meio.

Da mesma forma, a Feira reflete a importância da diversificação e a expansão da pluriatividade³, entendida aqui como realização concomitante de ações tipicamente rurais e urbanas, no momento em que permite e facilita a incorporação ou o acesso ao mercado de trabalho de uma expressiva massa de trabalhadores, que, sem essa alternativa, não teriam outra forma de obter renda, oriunda da venda de seus produtos agropecuários e artesanais excedentes.

A existência do agricultor pluriativo, o qual combina as atividades agrícolas com as não-agrícolas (até recentemente consideradas como ‘tipicamente urbanas’) representa uma estratégia para complementar a renda familiar e fazer com que todos os membros da família tenham ocupação, o que vem confirmar a afirmação de VEIGA (2002, p. 87) de que “não há nada mais equivocado do que imaginar que o ‘espaço rural’ está reduzido à dimensão agropastoril”.

A Feira do Pequeno Produtor representa a exploração de um nicho de mercado voltado a um consumidor diferenciado, que, além de valorizar produtos naturais e frescos, diretos do produtor, pratica preços mais acessíveis em relação aos oferecidos nos mercados tradicionais e, mesmo assim, mais vantajosos para o produtor. Assim, esse agricultor pluriativo, diversificado e associado à feira, percebeu a importância de seus produtos e a valorização que o consumidor tem atribuído a eles, dignificando a própria atividade.

Segundo dados levantados pela pesquisa de campo junto aos integrantes da Feira do Pequeno Produtor no município de Passo Fundo, verificou-se que, com raras exceções, estes agricultores possuem propriedades semi-especializadas e diversificadas, onde se exploram no mínimo de três a cinco atividades agropecuárias e/ou agroindustriais. Os proprietários residem e trabalham nas propriedades, que, em geral, têm menos de 20 hectares. A receita familiar desses produtores fica em torno de quatro salários mínimos por mês e eles podem ser considerados como razoavelmente esclarecidos, uma vez que buscam assistência técnica e creditícia a fim de viabilizarem suas atividades.

A produção de alimentos aliada à conservação do meio ambiente é preocupação constante entre os agricultores familiares considerados nesta pesquisa. Os cuidados com a

³ No contexto deste trabalho, considera-se pluriatividade o fato de que muitos agricultores ou membros familiares desenvolverem regularmente, de forma concomitante, atividades rurais com atividades consideradas como tipicamente urbanas, porém, permanecendo centrados no meio rural.

preservação do meio ambiente evidenciam-se através da noção de sustentabilidade, não dissociada da busca pela crescente produtividade, mostrada nos esforços dos produtores em implementarem processos naturais de produção e em adotarem práticas que permitam a conservação do solo. Evidencia-se assim que as decisões estratégicas tomadas pelos produtores em relação às suas atividades não focam apenas a sustentabilidade econômica do empreendimento, mas também a sustentabilidade ambiental e social.

2.1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS DOS ASSOCIADOS

As propriedades rurais dos pequenos produtores constituem-se em unidades produtivas independentes, de razoável viabilidade econômica e estão territorialmente aglomeradas, pelo fato de pertencerem a localidades situadas a pequena distância do município e estão organizadas em forma de um sistema produtivo que tem quase toda sua produção voltada para o comércio na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo.

De acordo com os dados obtidos junto aos 67 produtores rurais em questão, pôde-se comprovar que a distância média das propriedades rurais à Feira do Pequeno Produtor, praticamente no centro da cidade, fica em torno de 12 km. No entanto, com o alastramento da área urbana, algumas propriedades passaram a ser consideradas (pelo Plano Diretor da cidade) como imóveis urbanos. Essa classificação ocasiona transtornos aos produtores, inviabilizando o acesso a financiamentos agrícolas, visto que estes proprietários não são mais reconhecidos como produtores rurais. Além disso, tais agricultores enfrentam dificuldades para pagar o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, cujo valor é expressivo, tendo em vista que a área é considerada extensa para o meio urbano.

Dos 67 produtores rurais associados à feira, 17 produtores (25%) têm sua propriedade situada na área urbana de Passo Fundo. Desse total, sete são produtores de pães, massas, doces, mel e melado; como possuem terrenos pequenos, conseguem manter em dia o pagamento do IPTU. Já os outros dez exercem suas atividades em áreas urbanas maiores, convivendo, assim, com impasses semelhantes ao relatado, já que o urbano alcançou as divisas do rural.

Quanto à área das propriedades dos produtores associados à feira, verificou-se que praticamente três em cada quatro propriedades (74,6%) do universo pesquisado têm, em média, entre três e 20 hectares, havendo casos isolados de áreas maiores (em torno de 25 ha). Por outro lado, o número de propriedades rurais de pequeno porte, com menos de um hectare, é acentuado, representando quase 20% dos associados.

TABELA 1 – Área e número das propriedades dos produtores associados à Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo em junho de 2003

Tamanho da propriedade	Número de propriedades	% de propriedades
Até 1 hectare	13	19,4%
De 1,1 a 3 hectares	8	11,9%
De 3,1 a 5 hectares	11	16,4%
De 5,1 a 10 hectares	17	25,4%
De 10,1 a 20 hectares	14	20,9 %
Mais de 20 hectares	4	6,0%
Total	67	100%

Fonte: Pesquisa de campo junto aos associados à Feira do Pequeno Produtor

Constatou-se, através do levantamento efetuado junto aos produtores em questão, que, em termos de benfeitorias, as propriedades, tanto as rurais quanto aquelas situadas no meio urbano, contam com uma boa infra-estrutura: todas elas possuem energia elétrica. Via de regra, as habitações são de boa qualidade. Há vertentes de água em 54 propriedades (80,6%) e veículos, máquinas agrícolas e implementos agrícolas em 66 propriedades (98,5%), confirmando a teoria de que “ruralidade não é mais sinônimo de atraso” (VEIGA, 2002, p. 122). Somente um produtor de hortaliças, este residente na área urbana do município, não possui nenhum tipo de automóvel, máquina ou implemento, sendo dependente da ajuda de terceiros até para transportar sua pequena produção à feira.

No entanto, em relação ao abastecimento de água constatou-se que somente 20 propriedades (29,8%) possuem acesso à redes comunitárias ou poço artesiano, em virtude da falta de recursos próprios e fonte de financiamento para investimentos e do apoio da Prefeitura Municipal, conforme relato dos produtores.

No que se refere à origem da propriedade rural, 39 produtores (58,2%) informaram ser originária de herança. Esse dado evidencia, ainda que indiretamente, o processo de fracionamento das propriedades com o passar dos anos e a conseqüente necessidade da diversificação de atividades a fim de viabilizá-las. Outros oito produtores (11,9%) disseram tê-la adquirido; três (4,5%) têm a propriedade arrendada total ou parcialmente e 17 associados (25,4%) desenvolvem suas atividades em propriedades urbanas próprias ou alugadas.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO POTENCIAL HUMANO DISPONÍVEL NAS PROPRIEDADES

Com base no levantamento efetuado, constatou-se que em nenhuma das pequenas propriedades rurais analisadas foi verificada a existência exclusiva de mão-de-obra assalariada. Em 19 (28,4%) das 67 propriedades verificou-se a presença exclusiva de mão-de-obra familiar; nas outras 48 (71,6%), a presença de mão-de-obra familiar e assalariada fica numa média de um empregado assalariado por propriedade.

Quanto à faixa etária das pessoas que exercem atividades nas propriedades analisadas, constatou-se que 20 propriedades (29,9%) caracterizam-se pela presença de trabalhadores com mais de 46 anos em média; em 35 propriedades (52,3%) constatou-se a presença de trabalhadores entre 31 e 45 anos de idade e em 12 propriedades (17,8%), os moradores têm entre 15 e 30 anos de idade.

Observa-se, com base nesses dados, a presença de um maior percentual de trabalhadores rurais com idade ativa entre 31 e 45 anos de idade e que têm, em média, dois filhos pequenos. Também chama a atenção a presença de jovens na faixa etária entre 15 e 30 anos. Estes são exatamente os que mostraram mais interesse em desenvolver atividades diversificadas em suas propriedades a fim de não precisarem se ausentar de seu meio à procura de trabalho.

Um dado bastante representativo e obtido na pesquisa realizada são as condições de acesso ao estudo, tanto convencional quanto agrotécnico, e o nível de escolaridade das pessoas que vivem e trabalham no meio rural. No que diz respeito à escolaridade, constatou-se que um dos fatores de grande importância para a permanência do homem no campo não é o nível de escolaridade do responsável pelas atividades desenvolvidas nas propriedades, e sim, o acesso à escola de todas as pessoas residentes e trabalhadoras do meio rural.

Em 48 propriedades (71,7%) o nível de escolaridade dos responsáveis pelas atividades econômicas atinge apenas o ensino fundamental incompleto; em dez (15%), o responsável afirmou possuir o ensino fundamental completo; em seis (9%), o ensino médio completo e

somente em três propriedades (4,3%) o proprietário tem ensino superior completo. Todavia, as pessoas que hoje estão no meio rural dispõem de acesso irrestrito aos ensinos fundamental e médio, havendo escolas nas proximidades e transporte escolar gratuito atendendo todas as localidades. Quanto ao transporte escolar, vale ressaltar que é subsidiado pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo e passa servindo os moradores de todas as propriedades rurais que dele necessitarem.

Com relação ao ensino agrotécnico, 33 produtores rurais (49,3%) afirmaram ter acesso a essa modalidade de ensino através dos cursos ministrados pelos técnicos da EMATER Regional de Passo Fundo e pela Escola Agrotécnica de Sertão, município próximo a Passo Fundo; 32 produtores (47,7%) relataram não ter acesso a essa modalidade de ensino e dois (3%) não responderam. Quando questionados a esse respeito, os técnicos da EMATER informaram que o motivo pelo qual não há uma maior participação e procura por parte desses produtores aos cursos oferecidos é a pouca disponibilidade de tempo e a dificuldade de deslocamento já que, geralmente, os cursos são efetuados em alguma das propriedades rurais.

Quando os agricultores foram questionados quanto à necessidade de a formação técnica estar diretamente relacionada com a atividade desenvolvida, 26 produtores (38,8%) concordaram, ou seja, reconheceram que há necessidade de formação técnica específica; 39 (58,2%) não entendem ser necessária essa formação e dois (3%) não responderam. Com base nessas respostas, entende-se que o repasse do conhecimento e da prática dos mais experientes aos iniciantes é o principal método que ainda vigora no meio rural. Assim, a assistência oferecida pela EMATER, embora não reconhecida oficialmente pelos produtores como *curso*, parece ser assimilada pelos produtores como formação técnica.

Vale ressaltar ainda o caso de um agricultor que, tendo uma propriedade bem diversificada, possui também um abatedouro, o qual, embora devidamente licenciado pela inspeção sanitária municipal, encontra-se desativado por falta de mão-de-obra. A falta de mão-de-obra no meio rural é hoje uma realidade pelo fato de as famílias serem cada vez menos numerosas e de alguns membros terem migrado para a cidade em busca de estudo e de melhores oportunidades de emprego.

2.3 CARACTERÍSTICAS DA DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PRODUTORES

Com o resultado da pesquisa realizada, constatou-se que a diversificação de atividades entre os agricultores familiares entrevistados dinamizou as economias dessas propriedades rurais, aumentando o nível de satisfação de viverem e/ou trabalharem no campo, fato constatado principalmente entre as novas gerações. Também a tendência à pluriatividade das famílias foi identificada neste estudo. Quase que a totalidade delas possuem membros que trabalham em outras atividades, em empresas na cidade ou em outras localidades, trazendo renda para a família, sem que sejam rompidos seus laços com o meio rural.

As atividades desenvolvidas nas propriedades rurais dos produtores associados à Feira do Pequeno Produtor são relativamente diversificadas: eles produzem hortifrutigranjeiros, pães, massas, bolos, doces, carnes bovina, suína, de peixe e de frango, embutidos, mel, melado, erva, vinho, vinagre, farinha e leite e seus derivados, entre outros.

Com a intenção de diferenciar as atividades primárias e secundárias desenvolvidas nas propriedades, identificando-se as diversificadas como secundárias, questionou-se os produtores sobre qual seria o percentual de representatividade das atividades secundárias e primárias na viabilização de suas unidades de produção. No entanto, no decorrer da pesquisa, constatou-se que as duas atividades se confundem, pois, em se tratando de pequenas

propriedades rurais exploradas por agricultores familiares, a renda obtida é proveniente de todas as atividades nela desenvolvidas, não podendo se estabelecer uma ou outra como prioritária.

As tradições e saberes artesanais e culinários dos agricultores familiares dão suporte ao desenvolvimento de várias atividades econômicas, facilitando a implantação de pequenas empresas, geralmente informais, denominadas “agroindústrias”, as quais aumentam as oportunidades de geração de renda e emprego para todos os membros da família. A presença de agroindústria foi constatada em 23 propriedades (34,4%); nas outras 44 (65,6%), os produtores afirmaram não possuir agroindústria pela falta de recursos próprios e de terceiros (financiamentos disponíveis).

Das propriedades que possuem alguma espécie de agroindústria, 22 (95,7%) utilizam matéria-prima exclusiva e somente uma (4,3%) utiliza matéria-prima própria e também insumos adquiridos de outros produtores.

Quanto aos recursos obtidos para a implantação da diversificação em suas propriedades, 35 produtores (52,3%) informaram que já foram beneficiados por recursos oriundos de financiamentos através do Pronaf, Pronafinho, através do Banco do Brasil, Sicredi, Banrisul e Unibanco, ou ainda, por recursos do Fundo Rotativo da Feira, do Fundap e de empresas integradoras, como a Frangosul/Doux. Os demais 32 produtores (47,7%) disseram que nunca foram beneficiados nem buscaram financiamentos em razão do alto custo das operações e por estas alternativas se caracterizarem por muita burocracia, exigindo muitas garantias, as quais, no geral, os pequenos produtores não têm condições de oferecer.

Foi possível, entretanto, constatar que 48 produtores (71,7%) têm interesse em participar de novos projetos de diversificação em suas propriedades, com a finalidade de aumentar suas rendas, ou mesmo de terem uma garantia de renda mensal, como no caso dos integrados. Já 19 produtores (28,3%) mostraram-se descontentes e desiludidos com as atividades agropecuárias, não mostrando interesse pela diversificação de atividades em suas propriedades e manifestando, inclusive, sua intenção de migrar para a cidade.

Quando questionados sobre o potencial a ser desenvolvido em projetos diversificados e possíveis de serem implementados na região, os agricultores mencionaram a produção de moranguinho, o desenvolvimento da fruticultura, a exploração do turismo rural e o incentivo à horticultura produzida em estufas. Essas atividades diversificadas e consideradas como promissoras poderiam ser implantadas, pois o progresso social e econômico das famílias de agricultores deveria ocorrer através de produção de culturas que não existem na região e de produtos diferenciados. Segundo a própria opinião dos agricultores, tais produtos devem se destacar pelas características do seu modo de produção, como, por exemplo, direto do produtor, sem agrotóxicos, novos e ecológicos.

Em relação à fruticultura, verificou-se que essa atividade agrícola praticamente inexiste no município, cuja demanda é atendida quase que totalmente pelos produtores do estado de São Paulo e de alguns municípios vizinhos. No entanto, conforme informações dos técnicos da EMATER, o clima do município é propício à fruticultura, a exemplo de Lagoa Vermelha, que produz maçãs para exportação e laranjas. Contudo, os pequenos produtores associados à Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo não se sentem apoiados pelos órgãos governamentais e por entidades locais no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos diversificados, afirmando que estão “sozinhos e isolados” e que “o governo local não sabe que existem”, referindo-se à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores.

Apenas a EMATER é reconhecida como uma instituição que trabalha junto e em prol do pequeno produtor rural através do desenvolvimento de projetos diversificados, de encaminhamento de projetos para a aprovação de financiamentos e de acompanhamento

técnico permanente, tendo como objetivo a melhoria do nível tecnológico das propriedades rurais a fim de viabilizá-las.

Além destas questões, procurou-se verificar se os filhos dos atuais responsáveis pela unidade de produção familiar que permanecem trabalhando na atividade rural desenvolveram alguma atividade diversificada, diferente daquelas anteriormente praticadas na propriedade, ou seja, se eles foram precursores de algum projeto de diversificação hoje implantado nas propriedades familiares. Com relação a esse questionamento, verificou-se que somente em 18 propriedades (26,9%) os filhos de produtores desenvolveram projetos diversificados em suas unidades de produção. Todavia, esse baixo percentual pode ser explicado pela faixa etária da maioria dos responsáveis pela atividade, que ainda têm filhos muito jovens para se tornarem empreendedores.

No que diz respeito à migração de algum membro da família para a cidade, em busca de trabalho e de melhores condições de vida, antes da implantação da diversificação de atividades em suas propriedades, 16 produtores (23,9%) afirmaram ter familiares que migraram para a cidade pelos motivos citados; 49 (73,1%) relataram que ninguém da família migrou e dois (3%) não responderam à questão. Dos 16 produtores que responderam positivamente, 12 asseguraram que os seus familiares retornaram posteriormente ao meio rural para trabalhar na atividade diversificada, o que confirma o potencial de inversão da migração rural que a diversificação de atividades no meio rural apresenta.

Deve-se salientar que quase toda a produção dos pequenos produtores familiares é comercializada na Feira do Pequeno Produtor, ficando uma reduzidíssima parcela para o mercado local, em outras feiras e pequenos mercados, com exceção da produção destinada a empresas integradoras⁴, como é o caso da Frangosul/Doux.

Percebe-se, assim, a importância da Feira do Pequeno Produtor na viabilização das unidades de produção familiar, visto que, se esta não existisse, quase que a totalidade dos produtores que nela comercializam sua produção não teria onde vendê-la, além de que muitos não seriam mais produtores rurais, e sim, desempregados urbanos.

2.4 A RENDA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

Como já foi mencionado, as atividades primárias e secundárias desenvolvidas pelos produtores rurais associados à Feira do Pequeno Produtor do município de Passo Fundo se confundem. Assim, é necessário considerar a totalidade dos seus rendimentos, obtidos através da exploração de diversas atividades em suas unidades de produção; dificilmente se conseguirá obter dados específicos de apenas uma atividade diversificada.

Embora o levantamento de dados tenha sido efetuado com o objetivo de apurar a renda média mensal dos agricultores familiares em questão e esse objetivo tenha sido prejudicado pela dificuldade dos produtores em procederem aos cálculos e ao controle de suas receitas, pode-se concluir que a renda média dos agricultores associados à Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo fica em torno de 4,5 salários-mínimos mensais. Para se chegar a este valor, que deve ser tratado como uma aproximação da realidade, foram tomadas como referência às informações fornecidas por 58 dos 67 produtores rurais em questão, sintetizadas na Tabela 2 e a fórmula a seguir explicitada.

⁴ Refere-se ao chamado sistema integrado de produção, que vincula um conjunto de unidades de produção agropecuária a uma determinada indústria responsável pelo fornecimento de insumos, assistência técnica, crédito e absorção da produção (normalmente suínos ou frangos).

TABELA 2 – Renda média mensal dos agricultores associados à Feira do Pequeno Produtor do município de Passo Fundo em junho de 2003

Extratos de renda	Nº de Produtores	Renda média mensal estimada (em salários mínimos)	Massa Salarial
De 1 a 2 salários-mínimos	8	1,5	12
De 3 a 5 salários-mínimos	38	4	152
De 6 a 10 salários-mínimos	11	8	88
Mais de 10 salários-mínimos	1	10	10
Totais	58	-	262

Fonte: Pesquisa de campo junto aos associados

Dos 58 pequenos produtores rurais (86,6%) do total de associados da feira que responderam a essa questão, oito produtores (13,8%) afirmaram obter uma renda média mensal que varia de um a dois salários-mínimos; 38 (65,5%), entre três e cinco salários-mínimos; 11 (19%), entre seis e dez salários-mínimos e um produtor (1,7%) afirmou ter renda de mais de dez salários-mínimos mensais, conforme explicitado na Tabela 2.

A partir destas informações, procedeu-se ao cálculo da média de rendimento mensal dos agricultores associados à Feira do Pequeno Produtor do município de Passo Fundo: estima-se que a massa salarial decorrente do desenvolvimento das atividades de 58 produtores rurais atinja o montante de aproximadamente 262 salários mínimos mensais, o que propicia uma média mensal de renda de 4,5 salários mínimos por unidade de produção. Constatou-se também que a aposentadoria é representativa na composição da renda mensal familiar do pequeno agricultor. Dezoito representantes (ou 26,9% do total) afirmaram possuir algum membro da família aposentado. O valor médio das aposentadorias não foi informado precisamente, porém, segundo relato dos técnicos da EMATER e de alguns agricultores que a recebem, fica em torno de um salário-mínimo/mês, o que representa cerca de 22% da renda mensal média obtida nas unidades de produção familiares diversificadas.

2.5 A PRESENÇA DO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E OUTRAS FORMAS DE PARCERIAS

Na pesquisa de campo buscou-se levantar alguns dados sobre as principais formas de associativismo ou cooperativismo existentes no universo em análise. Constatou-se assim, que com relação à filiação do titular da atividade econômica a associações de classes, sindicatos e cooperativas, 42 produtores (ou 62,7% dos entrevistados) afirmaram estar associados a pelo menos uma das seguintes instituições: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, SICREDI, COPREL, COTREL ou Cooperativa dos Produtores de Leite. Cabe ressaltar, porém, que todos os agricultores familiares analisados pertencem à Associação da Feira do Pequeno Produtor, condição básica para comercializarem seus produtos na feira.

Também se verificou que o aumento da produtividade de uma unidade de produção decorre em boa parte do fato da produção estar vinculada às empresas, em projetos cooperados, integrados ou associativistas: 29 produtores (43,3%) asseguraram participar de forma integrada a Frangosul/Doux, na produção de carne de frango e de ovos (postura), de forma cooperada na produção de leite e de forma associada na aquisição conjunta de máquinas e implementos agrícolas. Vale salientar também que estes mesmos produtores manifestaram interesse em participar de sistema de produção cooperada de horta e agroindústria de queijos e vinhos.

Os pequenos produtores rurais também foram questionados quanto à atuação dos líderes ou agentes regionais, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, em prol do desenvolvimento de projetos diversificados na região, através da identificação de alternativas que maximizem as oportunidades de desenvolvimento da agricultura familiar, e quanto à sua capacidade de mobilização em torno de projetos comuns. Surpreendentemente, somente nove produtores (13,4%) asseguraram ser positiva a atuação dos líderes ou agentes, apontando um líder no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, dois líderes na SICREDI e a EMATER, através de seus técnicos, agrônomos e economistas, como representantes da classe dos pequenos produtores rurais no município de Passo Fundo. Contudo, manifestaram explicitamente a opinião de que a Prefeitura Municipal aparentemente “não sabe que o pequeno produtor existe”.

Ainda segundo os entrevistados, a EMATER “é o único órgão que dá apoio”. A maioria, 58 produtores (86,6%), afirma não existirem lideranças ativas no município e, muito menos, incentivo e interesse para com os agricultores familiares de Passo Fundo. O que se percebe a partir destas considerações é que o problema não está somente na mobilização de forças das pessoas envolvidas em cada projeto de desenvolvimento da agricultura familiar local, mas sim, na continuidade e consolidação das ações.

2.6 AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A última parte da entrevista realizada com os agricultores familiares associados à Feira do Pequeno Produtor procurou levantar as principais reivindicações desses produtores, todas relacionadas com a promoção de melhorias em seu meio de vida e trabalho. Ao serem indagados sobre quais seriam as suas principais necessidades, os pequenos produtores mencionaram, entre outros os seguintes aspectos:

- a) Reforma do prédio da Gare, sede da Feira do Pequeno Produtor, ou construção de um pavilhão maior em local próximo;
- b) Aquisição de um número maior de balanças de pesagem;
- c) Colocação de faixas de identificação nos boxes dos produtores;
- d) Instalação de um toldo tipo cortina na parte externa da frente do prédio da Gare para a proteção dos produtores que expõem seus produtos e dos consumidores que por ali transitam;
- e) Melhoria das estradas de acesso às propriedades dos pequenos produtores;
- f) Fornecimento de sementes aos pequenos produtores rurais mais carentes por parte da Prefeitura Municipal;
- g) Construção de poços artesianos nas propriedades rurais dos agricultores familiares que comprovadamente não possuem condições de construí-los com seus próprios recursos, ou construção de poços artesianos comunitários nas localidades;
- h) Colocação de máquinas (tipo retro-escavadeiras e tratores esteira) à disposição dos pequenos produtores, através de condomínio rural, para reparos nas propriedades;
- i) Melhoria da atuação das lideranças da feira;
- j) Investimento em *marketing* dos produtos comercializados na feira, ressaltando suas qualidades e especificidades, como, por exemplo, ecológicos, naturais, fiscalizados e vendidos diretamente pelo produtor;
- k) Maior incentivo, apoio e participação da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, através da Secretaria Municipal da Agricultura e da Câmara de Vereadores na implantação de projetos de diversificação no município;

- l) Incentivo financeiro por parte da Prefeitura Municipal para investimentos na infraestrutura das propriedades com aptidão para o desenvolvimento do turismo rural;
- m) Disponibilização de linha de crédito, com juros acessíveis a longo prazo, e sem exigência de muitas garantias, para investimentos em novas atividades diversificadas;
- n) Linhas de crédito de financiamento para implantação de pequenas agroindústrias nas propriedades rurais, melhoria das habitações rurais e financiamento de estufas visando o aumento da produtividade e diminuição das perdas de produção por motivos climáticos.

O que se percebe através das reivindicações listadas pelo levantamento é a existência de uma cultura paternalista/assistencialista por parte dos pequenos produtores associados à feira, ao reivindicar pequenos investimentos, como balanças e faixas de identificação. Tais investimentos poderiam ser feitos pelos próprios produtores já que não arcam com custos de aluguel dos boxes para a comercialização de seus produtos. Também investimentos com marketing dos produtos comercializados na feira podem ser realizados através dos recursos do Fundo Rotativo da Feira e, da mesma forma, diretamente pelos próprios agricultores expositores por ocasião da venda de seus produtos, ressaltando as qualidades e especificidades dos mesmos.

Quanto à reivindicação de melhoria ou ampliação da infra-estrutura da feira, verificou-se a situação junto ao representante do poder público local. O mesmo afirmou não ter conhecimento, até aquele momento, de algum projeto com essa finalidade e, muito menos, da disponibilidade de recursos no orçamento municipal para tais investimentos, evidenciando a falta de atuação da liderança representativa dos interesses dos pequenos agricultores.

No que diz respeito a linhas de crédito, disponíveis aos pequenos produtores rurais para investimentos na diversificação de suas atividades produtivas, melhoria da infra-estrutura de suas unidades de produção e para a instalação de agroindústrias, conforme contato feito com o SICREDI e o Banco do Brasil constatou-se que realmente os agricultores familiares encontram limitações no acesso ao crédito agrícola, primeiramente, por haver uma demanda muito maior do que a oferta e, posteriormente, por haver exigências de garantias reais (bens imóveis ou móveis, como veículos ou maquinário) e avalistas para a aprovação de crédito. Também se verificou que, embora a taxa de juros ofertada na modalidade de crédito para investimentos na produção agrícola seja razoavelmente baixa (em torno de 4% ao ano no caso de repasse do PRONAF e de 7% ao ano para repasse do PROGER) para investimentos em agroindústrias ou imobilizado, como no caso de melhoria da infra-estrutura das unidades de produção, a taxa de juros sobe bastante, sendo o crédito vinculado a variação mensal da TJLP (Taxa de Juros para Financiamentos em Longo Prazo) mais 4% ao ano.

A possibilidade dos pequenos produtores que possuem propriedades localizadas na área urbana do município de Passo Fundo contratarem financiamento para investimentos na diversificação de produção, tem como resposta dos agentes financeiros contactados o fato de ser pré-requisito para a aprovação do cadastro para a contratação de financiamento a declaração de isenção do ITR (Imposto Territorial Rural) para propriedades menores de 200 hectares, ou a declaração de quitação do ITR do ano corrente para propriedades que possuem área superior a 200 hectares. Dessa forma, constata-se que há uma carência de linhas de crédito disponíveis e acessíveis aos agricultores familiares.

No que se refere à melhoria das estradas de acesso às propriedades dos pequenos produtores e colocação de maquinário à disposição para construção de poços artesianos em locais estratégicos, a Secretaria Municipal da Agricultura informou, quando procurada, que, “na medida do possível, essas reivindicações serão atendidas”. Da mesma forma, não por

parte deste órgão o fornecimento sistemático de sementes aos agricultores familiares do município, a não ser eventualmente, por ocasião de alguma campanha para a produção de determinada cultura. Assim, percebe-se que não há incentivos por parte do governo local à implantação de projetos de diversificação e, muito menos, de algum projeto para o desenvolvimento do turismo rural local.

Por fim, quanto à melhoria da atuação das lideranças da feira, reivindicação feita pela maioria dos produtores, percebe-se uma acomodação por parte dos representantes, os quais deveriam lutar pela classe dos agricultores familiares e, principalmente, na divulgação da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que a reprodução da agricultura familiar com a diversificação de atividades rurais impulsiona o desenvolvimento regional e local, chega-se à conclusão de que o objetivo visado pelos agricultores familiares é a garantia de sua permanência no meio rural, buscada através do crescimento da economia pessoal e coletiva. Progredir economicamente é um dos fins perseguidos pelos grupos familiares que trabalham em regime associativo na agricultura do município de Passo Fundo.

As idéias desenvolvidas sobre a diversificação de atividades na agricultura familiar e os resultados obtidos nesta pesquisa, conquanto não sejam absolutos e inquestionáveis, evidenciam que a economia dos pequenos produtores rurais de Passo Fundo oferece alternativas de grande utilidade para o desenvolvimento regional do Planalto Médio.

O fato de não se ter chegado a conclusões inequívocas sobre o papel da diversificação e da pluriatividade na sobrevivência das comunidades locais onde a agricultura familiar se acha inserida, não invalida nem falseia a relevância e a atualidade da agricultura familiar diversificada como economia fundamental ao desenvolvimento regional. Um balanço crítico do estudo feito demonstra que um conjunto de afirmações não respondidas adequadamente, como no caso da renda proveniente das atividades diversificadas desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais em questão, possibilita novos questionamentos, na forma de provocação para novas pesquisas sobre a agricultura familiar diversificada. Porém, com certeza alguns pontos conclusivos foram clara e precisamente demonstrados, com realce para o valor social, político e econômico das pluriatividades familiares rurais das unidades de produção rural exploradas pela agricultura familiar.

Os dados esclarecidos pela pesquisa comprovam que o associativismo dos agricultores familiares e a diversificação das suas pluriatividades rurais tendem, progressivamente, a fazer crescer os índices de sobrevivência agrícola e a atenuar o individualismo, característica da agricultura patronal. Além disso, a agricultura familiar diversificada associativista estimula o diálogo e o consenso de coletividade e dos grupos comunitários em busca de assistência técnica e de recursos junto aos órgãos especializados, públicos e privados, no sentido de melhorar os canais de comunicação e de viabilizar a execução e a qualidade das múltiplas atividades desenvolvidas em parceria consentida.

Com esse posicionamento solidário, os agricultores familiares mostram-se mais confiantes no futuro e mais satisfeitos com os resultados econômicos obtidos pela realização de atividades diversificadas desenvolvidas nas propriedades e nas comunidades rurais do município de Passo Fundo. À medida que melhoram o nível da economia familiar através do aprimoramento da qualidade da produção associativa e, em conseqüência, o nível de suas próprias condições de vida, cresce também a tendência de os participantes da economia familiar rural não cortarem o vínculo e as raízes que os identificam com as comunidades

agrícolas em que estão pessoal, social e coletivamente inseridos. Também se constatou que a aposentadoria apresenta-se como fixadora no meio rural das famílias que dela são beneficiárias, já que esse insumo financeiro complementa o capital necessário aos pequenos empreendimentos.

Urge destacar que a existência do denominado agricultor pluriativo no município de Passo Fundo, que se adapta a novos tipos de atividades agrícolas, de agronegócios e de agroindústrias, como, por exemplo, a fruticultura, a horticultura, a avicultura, a piscicultura, a bovinocultura e a suinocultura, constitui-se em estratégia adequada para a complementação da renda familiar, mesmo porque são empreendimentos que envolvem o processo produtivo de todos os membros da família e dos grupos da própria comunidade local.

Como produto subjacente das atividades diversificadas, verificou-se que uma vez presentes o associativismo, o cooperativismo e outras formas de parceria, tem-se a distribuição dos lucros e benefícios entre os próprios produtores familiares. Assim, uma solução está na mobilização coletiva e na força comum da participação de todos os agricultores familiares. Porém, estes enfrentam empecilhos na comunicação com os órgãos públicos e financiadores, esbarrando nas próprias dificuldades da renda, da comercialização no mercado consumidor e na burocracia da concessão de linhas de crédito de financiamento, expedientes necessários para a melhoria da qualidade do trabalho, da economia e da vida dos pequenos produtores familiares rurais.

Percebe-se através desta análise que, assim como qualquer região ou município que tem um tecido social, econômico e político diversificado, o meio rural também apresenta uma estrutura diversificada, na qual a agricultura familiar é apenas um dos elementos constituintes. Atualmente o meio rural é cada vez mais caracterizado por fatores sociais emergentes em sua importância, como, por exemplo, a educação, a religião e o lazer; por fatores econômicos, como o surgimento de fontes de renda não-agrícola e a exploração do turismo rural; por fatores políticos como o associativismo e a valorização da própria identidade (BROSE, 2001). Assim, é possível afirmar que as atividades relacionadas à agricultura familiar vêm tendo, cada vez mais, uma importância crucial e crescente no desenvolvimento local e regional.

Vale ressaltar por fim que o associativismo das pessoas que integram a unidade da agricultura familiar, aliado ao incentivo da produção diversificada de alimentos, do agronegócio e das agroindústrias, serve de suporte básico para o despertar da consciência dos produtores rurais para o manejo da tecnologia e a conservação do meio ambiente. Aliás, constitui preocupação constante dos praticantes da agricultura familiar o respeito pela preservação da biodiversidade, necessária ao desenvolvimento regional e local e indispensável à sustentabilidade dos processos naturais e orgânicos de produção econômica e sadia para a sociedade, além da conservação consciente do solo, matriz inesgotável de produtividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo, preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

BRINCKMANN, Wanderléia E. A pequena propriedade familiar e o desenvolvimento rural sustentável In: **Agora/ Questão Agrária - UNISC**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 1, n.2, out., 1995.

BONILLA, José A. **Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BROSE, Markus. Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. In: Etges, Virgínia E. **Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001. p.11-17.

CASSIMIRO F. Francisco.; SHIKIDA, Pert Francisco Assis (Org.). **Agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

DADOS ESTATÍSTICOS DE PASSO FUNDO: Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.pmpf.gov.br.2002>>. Acesso em: 20 mar., 2003.

DELEVATI, Dionei Minuzzi. As contribuições para o desenvolvimento da agricultura familiar de projetos de desenvolvimento rural - o caso do Projeto Prorenda. 1999. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 1999.

EMATER/RS. **CADERNO DE DADOS BÁSICOS DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**. Passo Fundo, 2003.

ETGES, Virgínia E. **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. São Paulo: USP, 2001.

PASCHOAL, Adilson D. **Da produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI.** Piracicaba: ESALQ-USP, 1994.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura.** São Paulo: Nobel, 1997.

SILVA, Márcio Luís Paveglia da. A diversificação na agricultura familiar. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2001.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família.** Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano de que se imagina.** Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

VEIGA, José Eli da. **A opção pela agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1998.